



B091

GARANTIA DO ACESSO À REABILITAÇÃO VISUAL: DESAFIOS NOS PERCURSOS

Silvia Helena Bomfim Ferreira (Bolsista FUNDAP) e Profa. Dra. Lise Roy (Orientadora), CEPRE, Faculdade de Ciências Médicas - FCM, UNICAMP

Na política de atendimento ao deficiente é de suma importância o encaminhamento à reabilitação como ação articulada para o desenvolvimento e a cidadania do sujeito. O encaminhamento constitui um elemento que permite o acesso do indivíduo/família à esse serviço. Pudemos observar, através de protocolos de inscrição e entrevistas no CEPRE, relatos das dificuldades de familiares na obtenção do diagnóstico que, por sua vez, assegurará o acesso à reabilitação. Em geral, a família espera unicamente do médico a indicação de condutas resolutivas e muitas vezes não encontra a orientação que satisfaça as suas expectativas. Isto sugere uma investigação aprofundada desse processo, buscando identificar o percurso das famílias para chegarem à reabilitação e conhecer suas opiniões referente ao encaminhamento. A pesquisa, de caráter qualitativa, está sendo realizada através de análise documental de 92 prontuários selecionados aleatoriamente do Programa de DV Infantil de 0 a 12 anos, no período de 2000 a 2004 e de entrevistas semi-estruturadas com 18 acompanhantes. Detectamos que os encaminhamentos são realizados, com maior frequência, pelos serviços públicos de saúde e educação, por vários profissionais, sendo o oftalmologista é que mais encaminha. Entretanto, cada vez mais, professores, assistentes sociais e outros terapeutas articulam o encaminhamento do diagnóstico com os serviços de reabilitação, sendo essa responsabilidade compartilhada por vários profissionais. Na opinião da família, segundo resultados parciais, 30% consideram que o encaminhamento foi adequadamente realizado. A análise sugere que vários fatores relativos ao diagnóstico, a aprofundar, interferem nas condutas de encaminhamento.

Deficiência visual - Encaminhamento - Reabilitação